

# QUILOMBO DOS PALMARES

ANO III MARÇO DE 1977 N.º 6

Comissão de Imprensa dos Alunos da PUC/RJ

Tiragem: 3.000 exemplares

Preço: Contribuição

## Basta de

# Aumentos!

## A Avaliação Necessária

Este já é o sexto número de "Quilombo dos Palmares". E isto merece um balanço. Durante todo o período entre o número anterior do QP e este, os estudantes que participam e apoiam a Chapa Alternativa tentaram re- ver toda a trajetória desenvolvida pelo jornal durante estes dois anos. Feito isso, concluiu-se, com a ajuda das críticas de uma série de leitores e a contribuição que o próprio avanço do Movimento Estudantil traz, que o "QP", apesar de ter sempre estado presente em todas as lutas estudantis, permanecia ainda, na maioria das vezes, limitado aos fatos diretamente relacionados à vida universitária. Foi vista a necessidade cada vez maior, dos estudantes discutirem, problematizarem e se posicionarem frente a todos os aspectos da sociedade e da realidade em que vivemos; a necessidade que o Movimento Estudantil tem de aprofundar e encaminhar suas lutas de forma relacionada com o resto da sociedade e nesses sentido, contribuir na parte que

lhe cabe no processo de transformação da sociedade brasileira.

Assim sendo, este número, traz artigos importantes relacionados ao nosso dia a dia aqui na PUC como taxas e anuidades e Estudos Sociais e artigos mais gerais sobre o movimento nas Universidades do país (A quantas anda o Movimento Estudantil). Pela primeira vez traz um artigo sobre a situação do campo no Brasil, nesse caso, enfocando especificamente o problema dos posseiros. Também toda a "agitação" dos empresários paulistas que ameaçou abrir uma crise e que finalizou com a demissão de Severo Gomes foi motivo para um artigo (O "levante" empresarial e a democratização) no qual procuramos ver que "democracia" é essa que esses senhores estão pedindo e o que isso tem a ver com as lutas cotidianas travadas arduamente nas fábricas, no campo, nas escolas, nos sindicatos, nos círculos intelectuais, etc. Neste momento, em que estamos "fechando" este sexto número, adquirimos a certeza de que, apesar de todo o trabalho e das exaus-

tivas discussões e avaliações, este número de "Quilombo dos Palmares" ainda não é o melhor que poderia ser um jornal estudantil. Como se não bastassem as dificuldades quanto ao conteúdo, acrescentam-se as imensas dificuldades econômicas que acabam por limitar o número de páginas, atrasar a saída do jornal, diminuir a qualidade gráfica além dos problemas técnicos de diagramação, impressão, etc.

Entretanto estamos dispostos a continuar; procurando ganhar mais experiência e confiança a cada número, permanecendo atentos às críticas e sugestões.

O jornal Quilombo dos Palmares continua se guiando pelos mesmos princípios que foram motivo da sua criação: ser um órgão que divulgue e tome posição frente a todas as lutas estudantis e dos demais setores oprimidos da sociedade, tentando aí, discutir e assumir as formas e os caminhos que mais interessam às classes exploradas.

Mais do que nunca é preciso repetir o poeta espanhol.

O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR!

B-4x234

77

# O "Levante" Empresarial e a Democratização

"Os ratos abandonam o navio que está afundando". Isto podia ter sido o pensamento de alguma fonte oficial do governo quando aquele "espúrio" imprevisível saiu da boca do Sr. Papa Jr. e mais que depressa, antes que fosse amordaçado ou mudasse seu significado, foi instalado, preto no branco, nas manchetes dos jornais. Pode ser até engraçado, imaginar a cena do dia seguinte quando, sob uma sa-raivada de críticas, o Sr. Papa Jr. estaria, dicionário do Aurélio em punho, tentando dizer melhor o que descobriu que deveria não ter dito. "O pensamento deve ter sido: "como tirar o MEU da reta?"

Simonsen corre para São Paulo para se-gredar aos ouvidos do Papa: "Não entendi. Foi uma surpresa. Precisamos conversar". E muita conversa deve ter andado. No entanto, o sr. José Lindoso, vice-líder arenista no Senado, assumia uma lúcida desconfiança em relação ao "levante" dos empresários: "Sua impressão é de que sentindo as restrições na luta contra a inflação, o empresariado paulista tenha adotado taticamente reivindicações democráticas". (Veja 9-2-77)

Tão lúcido quanto, o Sr. Ulisses Guimarães aplaudia, e numa dessas de abrir as portas de casa (do MDB) dizendo estamos-aí;-para-isso-mesmo, conseguiu ao mesmo tempo, fazer uma profissão de fé em março de 64 e apoiar os empresários rebeldes: "o acontecimento mais importante registrado no país desde a revolução de 64". (Veja 9-2-77)

Junta daqui, pega dali, e aos poucos, na demonstração dos fatos, ia se tendo um vislumbre do que seria o modelo político de Redemocratização. O Sr. Ulisses Guimarães convidava os empresários paulistas a engrossarem o caldo do MDB, ao mesmo tempo que lhes dava a segurança necessária, como se dissesse — também somos revolucionários. Não há o que temer. Não somos subversivos.

O episódio Severo Gomes acrescentaria alguns dados novos à questão. Petrônio Portella diria: "Reivindicações políticas devem ser conduzidas através dos partidos políticos, seu caminho natural". (Veja 16-2-77)

Nenhuma discordância entre isso e as declarações de Guimarães.

Pelo contrário. E já vinha Roberto Saturnino, candidato a Governador do Rio de Janeiro a reforçar a tese: "O governo sabe que temas como a institucionalização de mecanismos que substituam o AI-5 poderão ser discutidos, mas sabe também que o MDB não aceita discutir eleições indiretas nem prorrogação de mandatos." (Veja 16-2-77)

A maior parte dos elementos já estava dada. A oposição deseja ser o porta-voz dos empresários descontentes. O Governo quer que a oposição e somente ela desempenhe esse papel. Os dois conchavam em aceitar que se componha um regime, munido de instrumentos de exceção "institucionalizada". Ou seja, que o MDB nunca venha a ser um porta-voz, igualmente, de trabalhadores, estudantes e demais setores oprimidos.

E como para reforçar esse arranjo, lá tinhamos as duas cassações em Porto Alegre, de vereadores que, nas palavras de Glenio Peres, além de esgotos, ruas e escolas, deveriam cuidar também de temas como a liberdade. Uma semana depois, caía Klassmann. Quatro estudantes que distribuíam na rua um manifesto chamando a todos para uma reunião na Assembléia Legislativa, em protesto ao ato, eram presos. Até a grande imprensa

fingiu estranhar: "Ué? Não era para fazer política dentro dos partidos? Os garotos estavam fazendo isso mesmo. Peres e Klassmann também..."

A questão toda é: que tipo de política? Ou melhor: Política de QUEM? Nem mesmo o Sr. Ulisses Guimarães estaria muito interessado nesses exageros, ou isso tiraria do MDB a confiança do empresariado descontente.

Qual é mesmo a reivindicação dos empresários descontentes? Nas palavras do Sr. Papa Jr. "O setor empresarial não aceita que as decisões venham de cima para baixo." (Veja 9-2-77) Ou seja, uma parcela do empresariado, tão logo se sinta segura em relação à impossibilidade (?) de ascenso do movimento de massas com incomodas reivindicações, pede descentralização das decisões. Pede ao governo que mantenha, sim, o

aparato repressivo (que não se resume ao AI-5, mas engloba o controle dos sindicatos, prisões, torturas a assassinatos), mas ao menos deixe cada parcela do empresariado ter uma margem de autonomia para lutar contra a crise econômica. O milagre acabou. Estamos afundando. Precisamos manter nossas taxas de lucro. Não podemos nos submeter a decisões centralizadas.

Aí está a redemocratização. Ou melhor, a descentralização, como sempre na História do Brasil, desde Rui Barbosa com sua pregação federalista. Acaba o surto de desenvolvimento, decaem as taxas de lucros, a burguesia é afetada de maneira desigual e as facções começam a brigar entre si para ver quem mantém a cabeça por cima d'água.

Claro que há setores e setores. Claro que uns são mais ou menos fortes sobre o fiel da balança. O importante é que a balança oscila.

Os planos de redemocratização não incluem certos setores que têm contradições concretas com ambas as frações da burguesia com o próprio processo de reprodução de capital que uma e outra planeja. Entretanto o cenário não é de todo ruim. Querendo ou não, a crise que afeta o regime vai produzir determinadas brechas. Não há gênio no mundo, nem isso depende apenas de genialidade, que consiga sustentar o conflito de dois setores que antes andavam aos namoros sem enfraquecer-se e fazer concessões ao inimigo comum.

Em outras palavras, por melhor arrumado que esteja o esquema, o movimento de massas é que vai dar a última palavra sobre sua eficácia.

Se as fações descontentes da burguesia pedem descentralização das decisões, cabe ao movimento de massas estar ciente de que, seguindo o plano, as decisões ainda serão apenas da burguesia. A trabalhadores, estudantes e demais setores oprimidos não interessam as restrições das "franquias democráticas". Interessa, isso sim, irrestrita liberdade de manifestação e organização. Interessa conquistar as brechas abertas. Interessa lutar contra o arrocho salarial, contra a intervenção nos sindicatos e contra o aparato repressivo em toda a sua extensão naquilo que ele contém de amarras ao movimento de massas. E isso a redemocratização dos empresários não prevê.

O processo político que hoje se desenvolve no país é realmente o mais importante "desde a revolução de 64". Interessa participar nele, enfrentar o aparato repressivo neste momento de fraqueza. Mas nessa luta, o movimento de massas tem suas perspectivas próprias. Não a retórica revisada de um Papa Jr., o utopismo atraente de um Severo Gomes, o malabarismo demagógico de um Ulisses Guimarães, ou os surdos protestos de um Klassmann. Não que esses setores digam a mesma coisa, absolutamente. Mas nenhum deles oferece ao movimento de massas a perspectiva correta para sua luta por liberdades políticas — uma perspectiva que ultrapassa em muito a "descentralização de decisões", ou mesmo as "franquias" clássicas. Uma perspectiva que organize trabalhadores, estudantes e todos os setores oprimidos no sentido da luta contra o atual regime e formação de um governo constituído por essas mesmas classes e não mais pela burguesia.

## AMÉRICA LATINA

Ensaio de Interpretação Econômica de vários autores, entre os quais Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Anibal Pinto, e Maria da Conceição Tavares (coordenação de José Serra). Cr\$ 100,00

## PREFÁCIO A NOVA ECONOMIA POLÍTICA

Celso Furtado

Um livro que tem como objetivo provocar o debate e estimular a imaginação de estudantes e professores de cursos de pós-graduação, na convicção de que já existe uma consciência generalizada da necessidade de intensificar o trabalho de crítica e o esforço de reconstrução teórica das ciências sociais. Cr\$ 45,00

## O GOVERNO KUBITSCHEK DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTABILIDADE POLÍTICA

Maria Victoria de Mesquita Benevides

Segunda edição de um trabalho que é uma contribuição valiosa para o conhecimento do Brasil no período entre 1956 e 1961, um dos mais dinâmicos da história brasileira contemporânea. Cr\$ 80,00

## A REPÚBLICA "COMUNISTA" CRISTA DOS GUARANIS (2.ª edição)

Clevis Lugon

Um livro ardente e apaixonado, que é lido como se fosse um romance, descrevendo os 150 anos de uma época feita de amor e de paz, sem dominantes nem dominados. Cr\$ 70,00

## PERGUNTAS AO ESTADO SOCIALISTA

Michel Rocard

Um ensaio no qual o autor analisa os problemas do socialismo à luz de sua experiência, isto é, faz suas perguntas e suas críticas "de dentro", como peça de uma engrenagem e não como um arrivista. Cr\$ 35,00

## A LUTA DE CLASSES NA UNIÃO SOVIÉTICA

Charles Bettelheim

Pode haver luta de classes num país que foi reestruturado especialmente para aboli-la? O autor demonstra que sim e explica por quê. Cr\$ 100,00

Em todas as livrarias e pelo reembolso postal. Rua André Cavalcanti, 86 ZC-06 — RJ.

# Basta de Aumentos

Ao iniciarmos as aulas este ano, encontramos as anuidades acrescidas em 51% em relação ao ano passado, já em janeiro pagamos a primeira cota das várias que pagaremos durante todo o ano.

Uma vez mais a PUC e o MEC estudaram em seus gabinetes os orçamentos de seus interesses e estipularam os aumentos da Universidade.

E nós, estudantes? Será que uma vez mais ficaremos somente falando uns aos outros como estão caras as taxas e anuidades, vendo colegas nossos correrem para arrumar o dinheiro que lhes falta, outros deixando definitivamente a Universidade ou tendo que recorrer ao caminho do endividamento lento, gradual e seguro: o Crédito Educativo?

Não! Não podemos ficar como sempre, apenas olhando ou discutindo o problema a dois para finalmente concluir desanimado que a Universidade particular é assim mesmo, pois o custo de vida subindo a Universidade tem que aumentar o seu preço, por isso, não podemos fazer nada.

Este tipo de pensamento e atitude deve ficar como mera lembrança de nossa memória. Está claro que o custo de vida sobe mas sabemos que se o governo não der mais verbas a cada ano para o ensino, este se tornará mais caro e privilégio de poucos. O custo de ensino é encargo somente do Estado e não do estudante.

Por isso é hora de discutirmos o problema e tomarmos uma decisão em conjunto. Assim temos feito várias vezes aqui na PUC e faremos também com as taxas e anuidades.

Antes, porém, precisamos primeiro localizar de onde surge o problema, por que o ensino se torna cada vez mais caro, por que as taxas e anuidades sobem não só nos colégios e Universidades particulares mas também nos "gratuitos".

Desde 1946 o ensino primário, secundário e universitário vinha sendo mantido pelo Estado, ou seja, pelo dinheiro recolhido sob formas de impostos, taxas de toda a população.

A partir de 1965 as autoridades começaram a ventilar a possibilidade de acabar com o ensino público gratuito. Nesse ano passaram a ser cobradas anuidades em algumas Universidades federais.

Finalmente, a partir de 1968, com a implantação da Reforma Universitária, se solidificou esse objetivo e se intensificaram as cobranças de anuidades em quase todas as Universidades federais como o início de pagamento de anuidades e taxas em escolas públicas secundárias.

O ensino pago vem avançando no nosso país trazendo atrás a esteira da elitização. Se em 1964 tínhamos 87.665 alunos ma-

triculados nas escolas públicas e 54.721 alunos nas escolas particulares em 1974 tínhamos 327.352 alunos nas escolas públicas e 509.117 alunos nas particulares (fonte Folha da Manhã de 21.12.1973). Antes, tínhamos mais alunos nas escolas públicas, mas hoje, a situação é inversa; o número de vagas cresceu bruscamente a custa do ensino particular, ou seja, o ensino pago.

Por outro lado, devemos lembrar que o percentual em verbas para a educação no orçamento brasileiro descreceu de 11,07% em 1965 para 4,95% em 1974 (fonte: parecer do Deputado Flexa Ribeiro no Congresso). Este ano, 1977, o percentual será de 5,58%, segundo o Jornal Movimento, n.º 77, de 20 de dezembro de 1976.

Se as verbas para a educação vem diminuindo, como podem as Universidades se manter?

Desde 1968, como já vimos, fazia parte da diretriz governamental para a educação que as Universidades, começassem a caminhar no sentido da sua auto sustentação. Sendo assim, de lá para cá, as Universidades particulares tiveram como saída o enorme aumento de suas anuidades e taxas para continuarem seus lucros, e as gratuitas foram implantando aos poucos o ensino pago. Estreitaram também seus vínculos com as empresas direcionando pesquisas aos interesses destas e tornando os currículos meramente técnicos.

Percebemos que a cada ano temos que arcar cada vez mais com os custos da educação. Esta situação não é particular da PUC. Todas as Universidades do Brasil vem sofrendo esse problema, mesmo as federais e estaduais. Enquanto as gratuitas se acostumam aos poucos com o ensino pago, as particulares já avançaram bastante nesses sentidos. A criação da Universidade particular e sua proliferação já é um fato consumado. O ensino tornou-se uma mercadoria que é ven-

dida pela Universidade empresa. Porém sabemos quantos estudantes pagam com dificuldade seus estudos e quantos nem tem acesso à escola devido às dificuldades financeiras. O sucesso do Crédito Educativo se deve a essa situação. O estudante sem dinheiro fica encurralado; ou aceita assumir uma dívida gigantesca e que terá logo após se formar, ou sai de Universidade. O Crédito Educativo nada mais é do que um mecanismo de implantação definitivo no Ensino pago em todas as Universidades através do adiamento das dívidas do estudante.

O Crédito foi um tiro só que matou quatro coelhos: deu o passo decisivo para a implantação do ensino pago nas gratuitas e continuação dos enormes aumentos nas particulares; articulou um sistema de empréstimo ao estudante, feito através da Caixa Econômica, que lhe dará enormes lucros através de juros ao ano; fez apologia do sistema educacional brasileiro de que todos agora podem estudar e, finalmente, de alguma maneira, amenizou o descontentamento dos estudantes com o ensino pago.

Colegas! A cada ano as taxas e anuidades aumentarão! A situação não se modificará se não tomarmos uma atitude! Esta somente pode ser a nossa mobilização no sentido de barrar definitivamente essa tendência, ou seja, não aceitando desde já qualquer aumento das anuidades e taxas. Sendo assim estaremos nos mobilizando para lutar contra este modelo educacional que priva constantemente colegas nossos de estudarem. Estaremos nos mobilizando para não deixar que mais colegas sejam vítimas do Crédito Educativo.

A luta que iniciaremos este ano não é somente para baixar os preços das taxas e anuidades. É a luta por mais verbas para a Universidade; para que professores e funcionários sejam melhor pagos; para que o bandeirão não suba de preço; para que tenhamos melhores condições materiais de ensino, etc.

Iniciar a luta de taxas e anuidades, é tentar conter a elitização crescente da Universidade, fazendo o governo dar mais verbas. É a primeira batalha que travaremos dentre outras, cuja única proposta que pode questionar hoje nas raízes o ensino pago é barrar qualquer aumento das taxas e da anuidade. Só nessa perspectiva estaremos caminhando para, num futuro próximo, conseguirmos uma Universidade que realmente dê acesso a todos os estudantes brasileiros: uma Universidade gratuita.



## LIVRARIA E XEROX DOS DIRETÓRIOS

LIVROS COM 20% DE DESCONTO

ACEITA ENCOMENDAS EM QUALQUER

ÉPOCA DO ANO  
XEROX: Cr\$ 1,00 MÁQUINAS NOVAS

VILA DOS DIRETÓRIOS  
CASA VI FUNDOS

# A UERJ em Greve: Denúncia do problema da saúde no Brasil

No dia 1/3, 140 internos do Hospital de Clínicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) paralisaram suas atividades. Dois dias depois, os 300 residentes do mesmo hospital aderiram à greve.

O movimento dos estudantes e residentes da Escola de Medicina de UERJ denunciou amplamente a exploração a que se encontram submetidos estudantes de Medicina em todo o país. No esquema dos grandes hospitais, e mesmo em pequenas clínicas particulares, residentes e internos realizam a maior parte do atendimento clínico, plantões e, até mesmo, como foi denunciado, executam às vezes trabalho burocrático dentro do hospital.

Nada mais vantajoso para o esquema de diminuir as verbas federais para a saúde do que empregar internos, alunos do último ano, e residentes, recém-formados em estágio de um a dois anos, a quem se paga pouco, sob a alegação de que ainda não são suficientemente qualificados, e os fazer trabalhar muito. Com esse esquema, os hospitais se mantêm apenas com uns poucos médicos especialistas, fazendo algumas consultas diárias e uma "visita" semanal ao ambulatório, enquanto que internos e residentes acompanham todo o desenvolvimento clínico do paciente, assistindo-o no seu dia a dia.

Não é raro a frase em qualquer hospital: "no dia em que não houver um residente sequer na enfermaria, já há muito não haveria nenhum médico.

A nota dos colegas dizia: "Isso reflete a situação de mão de obra barata a que estão sendo submetidos os internos e médicos residentes, que sob a alegação de estarem desenvolvendo o aprendizado, são submetidos a uma carga horária estafante recebendo por ela a bolsa irrisória de Cr\$ 900,00 a Cr\$ 1.500,00, respectivamente". Essa carga horária, chegou a uma média de 63 horas semanais no ano de 76, incluindo um plantão semanal,

de 24 horas corridas.

Os internos e residentes denunciaram também a situação do hospital que se estruturava numa verdadeira estratificação de pacientes: "... apesar de termos em nosso hospital um Centro de Nefrologia onde se faz transplante renal e onde os aparelhos de Hemodiálise consumindo grandes verbas para sua manutenção são rotina; onde, para avaliarmos os gastos na construção de um Centro de Cirurgia Cardíaca, precisamos de muita imaginação e onde nas suites particulares (o hospital é do governo) o aparelho de ar condicionado é indispensável, o telefone insubstituível, os tapetes e as poltronas coisas importantíssimas para as visitas e para os pacientes, nossas enfermeiras (onde são atendidos pacientes mais pobres) funcionam sem material de ressuscitação cardio-respiratória, com uma enfermeira para 15 a 18 doentes, alguns graves, precisando de assistência mais contínua, os aparelhos de pressão são escassos, o sol atravessando o vidro faz com que os pacientes usem seus lençóis e colchas como cortinas... falta material básico hospitalar, como roupa de cama, talheres e termômetros... Isso tudo sem contar com a deplorável população de ratos e baratas que habitam não só a enfermaria no cair da noite, como também o refeitório e a cozinha".

E isso não reflete por acaso o status atual da Medicina conforme ela é ensinada e praticada em nosso país? Os currículos de nossas escolas estão cheios de cadeiras especializadas em doenças "nobres", voltados para a formação de médicos para as clínicas particulares que atendem a uma escassa minoria da população. Doenças como esquistossomose, tuberculose, chagas e tantas outras que afligem milhões de pessoas no Brasil, são relegadas a uma cadeira de medicina tropical, geralmente eletiva. A questão do sanitarismo e da medicina social são patinhos feios em

quase todas as universidades. As verbas para a saúde, diminuem por parte do governo, enquanto proliferam largamente as investidas empresarias no setor, naturalmente, não no atendimento da grande maioria, de sua insalubridade crônica. A medicina transforma-se em uma questão de mercado e, como tal, formam-se médicos para as classes privilegiadas, criam-se clínicas exorbitantemente caras para as doenças "que o povo não tem".

No discurso de formatura da turma de 1976 da faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o colega ressaltou que médicos não se formam em especialidades, são formados em Medicina e que a Medicina é uma "ciência social".

Até sábado, dia 5 de março, a direção do hospital e da universidade que antes se mostrara irredutível, já havia aceito, sob a pressão do movimento, uma comissão paritária de 2 internos, 2 residentes e 4 membros da administração para discutir o problema. A greve continuava com possibilidades de se estender para a graduação e as aulas foram suspensas sine die pela diretoria.

Além da regulamentação da carga-horária, os colegas reivindicam também a volta das bolsas, retiradas pela Universidade como forma de coação. Reivindicam ainda o reconhecimento do Centro acadêmico, denunciando a falta de liberdade reinante no país e todos os entraves repressivos para a discussão dos problemas que nos afetam.

A greve foi suspensa em sua segunda semana, tendo os colegas sido atendidos na quase totalidade de suas reivindicações. Além de uma vitória material, a luta deixou grandes saídos em termos de organização dos estudantes daquela escola. E, além disso, a denúncia da realidade do Hospital de Clínicas, levou a todos um fiel reflexo das condições em que o problema da saúde se apresenta para uma maioria oprimida da sociedade brasileira.

## Enquanto estávamos de férias...

...aconteceram vários fatos aqui na PUC, fatos que sabemos bem porque, costumeiramente só acontecem quando os estudantes estão de férias, quando a Universidade está vazia, quando são poucas as possibilidades de resistência a determinadas medidas. De positivo mesmo, houve os dois cursos de férias promovidos pelos Diretórios.

Vejamos agora quais foram as novidades dessas férias:

**DEMISSÃO DE PROFESSORES DA PSICOLOGIA:** Como os alunos da psicologia já podiam supor, as duas professoras em torno das quais foi deflagrado o movimento que culminou com a greve, foram realmente afastadas do departamento de psicologia sob a alegação de que "não teriam feito nada no sentido de desmobilizar os estudantes em greve" e "porque exerciam, como professoras, uma liderança contestatória". A direção do departamento assim como a Reitoria, ainda que vacilassem durante o período de greve (na última semana de aula) em demitir as duas professoras, não pestanejaram em demiti-las assim que os alunos se desmobilizaram, devido às férias.

Também a professora Inês Farah, elemento importante em termos da sua contribuição à área clínica, foi demitida de forma repentina e surpreendente. Houve também, nesse período, a ocupação dos cargos de coordenação que estavam vagos e que agora são ocupados por: Charles Esberard (pós-graduação),

Wanda Aragão (Graduação), e Ana Maria Machado (IPA). Mais uma vez os cargos são ocupados e os alunos são aliados de participar da decisão de quem deve coordená-los.

**PROIBIÇÃO DO SHOW DE MERCEDES SOSA:** No início de dezembro, foi proibido à última hora o show com Mercedes Sosa, que deveria se realizar no Ginásio da PUC. Estava sendo promovido pelo DCE da PUC e por uma Comissão pró-SESAC (Semana de Saúde Comunitária) de estudantes de medicina. A verba reverteria integralmente para essas duas entidades, num gesto claro de ajuda de Mercedes Sosa: O show seria exatamente o mesmo que havia sido mostrado há menos de uma semana no Vivará e também na USP em SP. Ao aproximar-se a hora do show, cerca de 2000 pessoas foram chegando e se viram impedidas de entrar na PUC. Como não havia nenhum aviso nos portões sobre a proibição, o DCE e a Comissão da SESAC pregaram cartazes e distribuíram notas de denúncia ao fato. Havia inúmeros guardas de segurança da PUC nos portões e houve também, um fato inédito, pelo menos há alguns anos aqui na Universidade — a presença de agentes da Polícia Federal que apreenderam as notas, ameaçando os estudantes que as distribuíam de prisão. Lastimável duplamente é que essas ações da repressão se deram em presença da Vice-Reitoria Comunitária. E assim ficamos privados de ouvir uma cantora que deveria, pelo jeito, di-

zer alguma coisa que não querem que os estudantes ouçam. O QUE SERÁ, QUE SERÁ?!

**INVASÃO DO CECA (Centro Estudantil de Cultura e Arte):** No início de janeiro, os estudantes participantes do CECA, que vinham inclusive preparando o segundo caderno de Poesia foram surpreendidos ao encontrarem o CECA fechado, ou melhor, lacrado e com isso se viram impedidos de entrar em sua própria entidade. Procurando os responsáveis por esse absurdo, descobriram que a Gerência de Manutenção havia invadido sua sede, retirado todo o seu material, lacrado as suas portas e finalmente, expropriada a sede da entidade, proibindo a entrada de seus elementos. A explicação dada foi de que a sede onde funcionava precisava ser desocupada, pois haveria a construção de uma lavanderia e a construção de um almoxarifado. Conclusão: Foi tirada da noite para o dia a sede do CECA. Aos seus participantes não foi permitido durante muito tempo, sequer ter acesso ao seu material (guardado ninguém sabia ao certo onde) e as conversações com a Vice-Reitoria Comunitária no sentido de se conseguir uma nova sede embora tenham sido um tanto demoradas e difíceis, acabaram tendo um final. O CECA conseguiu, por enquanto, um lugar atrás da casa de abreugrafia e já conseguiu de volta o seu material.

Fica registrado aqui o repúdio à essas atitudes.  
Continua na página 5

# Informe para os novos universitários

O ano de 1976 foi muito rico para nós estudantes aqui na PUC. Vários acontecimentos e problemas nos mostraram por um lado que nossa participação na Universidade aumentava a dia mas por outro que nossa organização e força deixa muito a desejar para que nossos interesses prevaleçam.

Resumiremos aqui para os novos universitários e para aqueles que não tiveram oportunidade de saber, as dificuldades que passamos, as lutas e discussões que travamos durante o ano na PUC.

Muitas destas dificuldades continuam. Muitas lutas não foram vitoriosas. Porém o ano nos deixou um saldo favorável. O movimento de estudantes da nossa universidade cresceu. Mais colegas se juntaram a outros nas suas entidades representativas como Diretórios Acadêmicos, Conselhos de Representantes etc... E acumulamos experiências importantes que nos serão úteis para os anos a frente.

**AEPs** — Os Auxiliares de Ensino e Pesquisa são alunos que estão fazendo Pós-Graduação e dão aulas para o ciclo básico. No início de 1976 a universidade baixou o valor de suas bolsas e reduziu sua carga horária. Os AEP's se mobilizaram chegando a paralisar suas atividades.

**BIBLIOTECA** — A Universidade proibiu a entrada de estudantes portando livros e a retirada de outros da biblioteca. Ficariamos assim sem um lugar adequado para estudar. Houve uma rápida mobilização dos estudantes o que fez a medida ser retirada.

**BANDEJÃO** — Houve várias assembleias onde os estudantes decidiram prorrogar o prazo da administração do bandeirão, visto que só se entregaria o mesmo após lutarmos por subvenção.

**JUBILAÇÃO** — Após a paralização por um dia das aulas do CTC, a PUC modificou os critérios de jubilação: passou de 2 para 5 oportunidades por matéria. Apesar desta não ter sido a proposta dos estudantes, já mostra um recuo da universidade frente a pressão na questão da jubilação.

**CURSO DE COMUNICAÇÃO NOTURNO** — Depois de várias assembleias que culminaram numa paralização das aulas de todos os estudantes do departamento, estes conseguiram uma vitória parcial relativa às condições materiais de ensino do seu curso. Conseguiram abrir seus laboratórios insuficientes que estavam fechados e mudar algumas aulas para salas mais adequadas. Nesta mobilização a Vice-Reitoria atuou intimidando os alunos advertindo-os de suas atitudes. Os alunos se mantiveram firmes e ainda tiveram o seu conselho de representantes reconhecido pela Reitoria.

**SOCIOLOGIA** — Depois de várias reuniões e debates, alunos de sociologia conseguiram modificar o currículo de seu curso introduzindo matérias de conteúdos mais críticos.

**MAT I** — Estudantes do ciclo básico de duas de mat. I fizeram greve de 1 semana para retirar o prof. Adoniram que mantinha um relacionamento autoritário com os alunos. Apesar da intimidação da Vice-Reitoria em proibir a greve e aparecer fisicamente nas reuniões dos alunos, estes se mantiveram firmes e só desmobilizaram a greve quando viram que era necessário.

**SUSPENSÃO DE UM ESTUDANTE** — Um colega de Comunicação, que atuava no diretório, foi exatamente suspenso no momento em que os estudantes deste curso iniciavam a mobilização para modificar o currículo.

**ELEIÇÕES PUC** — Formaram-se 3 chapas para os Diretórios Acadêmicos. Durante 2 semanas foram discutidas na PUC as pla-

taformas das chapas e suas posições políticas frente a Universidade e a sociedade brasileira. O resultado das eleições foi: A chapa Alternativa ganhou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (DAJF). A chapa Vitória ganhou o Diretório Acad. Tiradentes (DAT) e o Centro Acad. Roquete Pin'o (CARP). A chapa Unidade ganhou o Diretório Acad. Adhemar Fonseca (DAAF) e o Diretório Acad. Galileu Galilei (DAGG).

**ELEIÇÕES 15 DE NOVEMBRO** — Aproximadamente 300 estudantes debateram em uma reunião a eleição de novembro de 1976. Discutiu-se o significado das eleições e como deveríamos intervir no processo eleitoral. Foram tiradas duas posições: uma de votar nulo e outra de votar num candidato programa do MDB.

**CURSO DE VERÃO** — Estudantes pressionaram a Universidade para dar os Cursos de Verão que a mesma não queria ceder e a preços acessíveis. Estes cursos são importantes para os alunos visto que o índice de reprovação foi muito grande (principalmente CTC) devido aos arrochos em provas. Alguns cursos foram cedidos e os preços diminuíram.

**PSICOLOGIA** — Já no final do ano de 76, todos os alunos de Psicologia ficaram vários dias em greve devido a ameaça da direção do departamento em demitir 2 professoras. Apesar das assembleias serem proibidas pela Reitoria e os estudantes ameaçados de tirarem zero nas provas finais, os alunos continuaram a greve até quando foi resolvida a sua desmobilização.

**ADVERTÊNCIA AO DCE** — Foram mandadas 2 cartas de advertência ao DCE, com o objetivo de intimidar a entidade, no qual dizia que o DCE não poderia convocar assembleias sem autorização da Universidade. Isto se deu porque o DCE convocou a assembleia dos cursos de verão e divulgou a greve e a assembleia dos alunos de psicologia.

## Enquanto estávamos de férias...

Continuação da página 4  
tudes da burocracia Universitária, caracterizados pelo desrespeito às entidades estudantis.

### CURSO DE FÉRIAS PROMOVIDOS PELOS DIRETÓRIOS:

**Curso de História do Brasil:** promovido pelo DAT e CARP, realizou-se durante o mês de janeiro com dois encontros semanais, sob a orientação do professor Ricardo Belingro.

O curso versou sobre a história político

econômica do Brasil no período de 1930 a 1964 e contribuiu grandemente para que se tenha um conhecimento do processo que determinou, desde a época getulista, a conjuntura vivida hoje.

**CURSO DE PSICOLOGIA: "Família e sexualidade"** — Este curso foi promovido pelo D. A. J. F. e teve a orientação do Dr. Jurandir Costa e sua equipe de pesquisa do Hospital de Clínicas da UERJ. Com um número médio de 40 participantes e 6 encontros, o curso teve como texto básico o livro "La repressión se-

xual" de Von Hessel, que faz uma análise do processo de aburguesamento da sociedade e das suas contrapartidas nos diversos hábitos e atitudes psíquicas dos indivíduos. O texto se centra na idéia de que o psiquismo, a sexualidade, etc., são sempre, em última instância, determinados pelo modo como se organiza a sociedade em momento dado. O curso tentou trazer as idéias do livro para o contexto da realidade brasileira e se mostrou absolutamente necessário para a formação profissional do psicólogo.

# A Greve na Psicologia

A enorme movimentação deflagrada na época de G2 (novembro 76), no departamento de Psicologia, foi na verdade o resultado de um conflito que já vinha se estruturando desde início de 76, quando nós alunos nos defrontamos com a substituição do diretor do departamento, sem que fossemos sequer consultados e ao escolhermos um nome, essa indicação não foi também levada em conta.

Tudo começou quando a professora Angela Biaggio, indicada pela Reitoria para tal cargo, e não pela maioria dos estudantes de Psicologia, tomou posse em princípio de novembro. Ela chegou cheia de "novas e brilhantes idéias" que tinham o objetivo, por nós rapidamente identificado, de transformar definitivamente o departamento em um núcleo da psicologia experimental, ou behaviorista. A expulsão das professoras Glória Lages e Cláudia Rego era, para isso, um passo necessário, visto que estas não se enquadravam nessa orientação experimentalista. Esse objetivo, de direcionar o curso de psicologia para a linha behaviorista, já vinha sendo perseguido pelo antigo diretor (desde 73 já começávamos a sentir o nível de ensino baixar vertiginosamente e o ensino crítico da psicologia ser cada vez mais evitado.

Em reação a esses acontecimentos conseguimos nos organizar em assembleias e vimos que a única forma de deixarmos clara a nossa posição frente a tudo isso era uma greve geral. Foram assim paralizadas por três dias todas as provas de G2, entregas de trabalhos finais e demais atividades acadêmicas, além dos trabalhos do IPA, com exceção de atendimentos a pacientes em terapia.

Nas Assembleias, vimos que permitir a consolidação de tais atos, seria de uma vez por todas dar adeus a um ensino crítico da Psicologia e nos confinarmos em laboratórios tendo nas mãos uma caixa de Skinner e um punhado de ratos, além de abirmos mão de uma reivindicação que há muito vínhamos fazendo, no sentido de participarmos das decisões da Universidade.

As reivindicações centrais de toda luta eram: a permanência das professoras Glória e Cláudia no departamento e no IPA; a garantia de nossa participação em qualquer mudança no quadro de professores e a retirada da medida repressiva do zero nas provas que não comparecemos.

Quando se deflagrou a greve, vieram à tona várias divergências que já vinham se acirrando entre a nova direção e os professores e coordenadores, mostrando dessa forma que o departamento sofria um momento de séria crise. A demissão de todos os coordenadores (da Graduação, da Pós-graduação e do IPA), a presença de alguns professores nas Assembleias discutindo problemas que também eram seus, e o apoio efetivo dado por outros com relação às provas, nos permitiu distinguir quais aqueles que poderíamos contar como aliados.

Nos momentos em que a greve era ameaçada por um ou outro motivo é que pudemos ver o quanto estávamos unidos e coesos na defesa de nossos interesses. Na manhã do 3º dia de greve, quando chegamos à Universidade e já encontramos, às 7 horas, os corredores do 2º andar cheios de guardas, Reitor, decano, etc... demos uma demonstração de união e nossa capacidade de organização. Sob ameaças tais como, uma nota zero nas provas que não comparecemos e a proibição da Assembleia que estava marcada para às 12 horas, a greve manteve-se, sem que nenhuma turma furasse ou fizesse prova e a Assembleia foi realizada.

Tais ameaças, que tinham como objetivo nos dividir e desmobilizar, não conseguiram abalar nossa coesão e maturidade.

Nessa Assembleia, os alunos decidiram suspender a paralisação por falta de condições para sustenta-la por mais tempo, visto que a Universidade já se encontrava vazia, tendo a maioria dos cursos entrado em férias. Decidiram também entregar uma carta ao Reitor, pedindo uma resposta definitiva sobre a demissão das professoras. Foi marcada uma data para a resposta que seria recebida por uma concentração de alunos.

No entanto, o Reitor condicionou sua resposta à assinatura de uma declaração na qual os presidentes do DCE, DAJF, Conselho de Representantes dos Alunos de Psicologia e GEP, se comprometiam a acatar daí pra frente todos os termos do estatuto da PUC, assim como todas as decisões do Reitor. Os alunos em concentração, repudiaram tal declaração e a caracterizaram como uma manobra que tentava subornar o movimento e amarrar nossas mãos para sempre. A declaração também foi vista como uma forma de

descaracterizar a legitimidade, a nossa união e a força real do movimento, dando a entender que estávamos agindo sob a influência de 4 ou 5 mentes "maquiavélicas". Dessa forma o conjunto dos estudantes decidiu, por unanimidade, pela não assinatura.

Mesmo depois de cessada a greve, nós alunos, continuamos atentos aos fatos e sabemos reagir à alguns deles como uma prova dada pelo professor de Pesquisa IV, que para nós deixa muitas dúvidas sobre o que seriam as intenções e cientificidade de certas áreas da Psicologia brasileira. Nessa prova, aplicada no dia em que voltávamos às aulas, pedia-se para trabalhar com o grau de maquiavelismo dos estudantes que participavam de uma rebelião estudantil no Campus de uma Universidade, na qual foram identificadas duas amostras: uma de estudantes "conscientes" e outra de "anarquistas". Após sermos avisados pelo professor de que a prova nada tinha a ver com o movimento por nós encaminhado, esta nos permitiu pelo menos algum exercício de imaginação — construímos a máquina de "maquiavelômetro", apresentada como uma "contribuição da engenharia nacional aos novos rumos da ciência psicológica".

Apesar de termos só uma de nossas reivindicações aceitas, a retirada dos zeros nas provas, toda a mobilização, nos deu ganhos de longo prazo, que poderão nos ser bastante úteis se deles soubermos tirar proveitos. Podemos constatar na prática nossa capacidade de organização e mobilização e só conseguimos a permanência das duas professoras porque a direção ainda se encontra mais forte do que nós, e conseguimos resistir ao fato de termos utilizado uma forma de pressão das mais avançadas e a única que realmente garante a efetivação de nossas reivindicações — uma greve — e também pelo fato das condições objetivas não terem contribuído positivamente, ou seja, a chegada das férias.

A nós, estudantes de psicologia, que agora vemos a quantas anda o nosso departamento, quem são os novos coordenadores, quais as novas modificações feitas no quadro de professores e de técnicos do IPA, só nos resta uma saída: continuarmos a luta, que somente começou, contra o baixo nível de ensino, o direcionamento do curso para interesses que contrariam nossa vontade, as decisões vindas de cima para baixo sem que tenhamos qualquer participação.

## — Livros —

● A ILHA (um repórter brasileiro no país de Fidel Castro)

de FERNANDO MORAIS — Editora Alfa-Omega, 126 páginas — 40,00

"Construiremos um Vietnam dez vezes mais bonito" (Ho Chi Min).

Desde o sucesso da revolução socialista cubana em 1959; a ilha, parece, deixou-se encobrir por um véu de silêncio através do qual os mais "curiosos" conseguem ver um grande campo de concentração povoado de trôpegos, e famintos miseráveis. Poucas são as notícias que rompem o crivo da imprensa internacional a serviço dos interesses econômicos políticos que representam.

Fernando Moraes traz até nós um inteligente relato das profundas transformações pós-revolucionárias que banuiu a nefasta presença do imperialismo americano bem como a violenta opressão e dominação exercida pela burguesia nacional corrupta e entreguista sobre a maioria da população cubana.

A leitura da obra deixa evidente que o autor distancia-se das apologias. Permanecem ainda inúmeras contradições a serem superadas (o racionamento da maioria dos artigos de consumo direto ainda é uma espinha atravessada na garganta dos trabalhadores). No entanto, o Governo Revolucionário, já obteve êxitos de fundamental importância: Os preços dos produtos básicos de alimentação aumentaram em proporções irrisórias (um kilo

de arroz continua custando Cr\$ 2,60 deste 1962), o ensino, em todos os níveis é gratuito, extinguiu-se a prostituição, o atendimento médico-hospitalar é gratuito e rápido (em Havana ou em qualquer ponto do interior do país o tempo que um paciente gasta para ser atendido é o que ele leva de sua casa ao Posto Médico), o índice de analfabetismo reduziu-se a 2%, a relação entre o piso e o teto salarial é uma das mais baixas do mundo (720 a 3150 cruzeiros). Suprimiram-se as favelas, desburocratizou-se a justiça, redistribuiu-se a posse das terras, nacionalizaram-se as empresas, etc...

Enfim, num estilo fácil e expressivo retrata a Cuba de hoje, dezoito anos depois, resultado do longo e sangrento processo da emancipação política dos trabalhadores.

# Um Ano Para Lutar Contra Estudos Sociais e Ciências

Mesmo tendo sido adiado pelo MEC, a implantação de Estudos Sociais e Ciências continua uma ameaça para o futuro próximo. Nas férias, a resistência de diversos setores levou a um recuo tático da medida. Agora, cabe retomar a luta pela revogação integral da Portaria 790.

Mal se avizinhavam as férias do final do ano, as universidades se esvaziando, e eis que surge uma ingrata surpresa: a PORTARIA 790.

Recapitulando. A portaria 790 regulamentou o registro de professores para o 1.º e 2.º graus, no sentido de estabelecer definitivamente as cadeiras de Estudos Sociais e Ciências. Com isso institucionalizava-se uma figura que já vem ganhando força a custo de incansáveis estímulos da política educacional do governo: o especialista em generalidades. Explicando melhor: com a portaria um único professor de "ciências" cobrirá as áreas de Biologia, Física, Matemática. No caso de Estudos Sociais, pretende-se unificar História, Geografia, Sociologia, Moral e Cívica (OSPB) e Filosofia. Isto a chamada licenciatura curta, curso de dois anos que habilitará o indivíduo a dar aulas no 1.º grau.

Para o segundo Grau, a licenciatura plena, estará habilitado a receber seu registro o indivíduo que cursar mais dois anos de especialização em uma das subdivisões das disciplinas que o MEC criou para concentrar parcela considerável de saber universal, dentro de limites digeríveis.

Muito antes de confirmar-se abertamente como uma das diretrizes educacionais no Brasil, a penetração destes cursos polivalentes e de curta duração já se fazia sentir de maneira sutil nos currículos das universidades e no ensino médio (note-se a recente proliferação dos cursos de curta duração de Engenharia Operacional). Assim, um estudante de História, por exemplo, via-se às voltas com formações rochosas e nuances climáticas, ao invés de poder aprofundar seu campo de conhecimentos na História propriamente dita. Em outras palavras, a miscelânea vai avançando sobre a possibilidade de conhecimento científico e professores vão vendo um retraimento de seu mercado de trabalho (com a port. 790 um professor ocupará o lugar de 3 ou 4, já que as disciplinas se juntam). No ensino médio, estudantes vão sendo introduzidos em uma "nova" mentalidade para a educação, ou a educação "pragmática".

Pragmática, sim. A questão é: serve a quem? Em meias palavras, ou às vezes até lucidamente, a resposta é dada a todo o instante pelos próprios executadores da medida. Eles declaram que as empresas no Brasil necessitam cada vez mais de mão-de-obra especializada, técnica — o que devemos entender como: para que produzir elementos capazes de criar tecnologia própria se importamos know-how do estrangeiro? Fica até mais barato para a empresa contratar um técnico. Óbvio, reduzindo o campo de atuação do profissional, diminui-se seu salário. Assim a necessidade de mão-de-obra barata corre junto com a questão da tecnização do ensino.

A port. 790, portanto, visava a avançar mais alguns passos neste sentido. Mas a medida tem também outras razões de ser. Juntando diversos departamentos em um só, a universidade reduz seus gastos, embora em prejuízo da qualidade do ensino. Criando cursos

de curta duração, o governo diminui ainda mais seus encargos com o ensino (mesmo nas universidades particulares, o Estado arca em média com 50% das despesas). Une-se o útil ao agradável — forma-se mão de obra barata, com menos gastos e com maior rapidez.

Além disso, na diluição de cadeiras que se propõem a estudar cientificamente a realidade e oferecer alternativas, vemos o governo ir à frente em seu objetivo de criar uma confortável doutrina que exprima unicamente ideais desenvolvimentistas, sem maiores aprofundamentos sobre o caráter dependente deste desenvolvimento, sem denúncias sobre os inimagináveis sacrifícios impostos pelo modelo às classes trabalhadoras ou sobre o crescente rebaixamento do nível de vida dos setores intermediários. Criam-se, ao mesmo tempo, os tecnólogos destinados eternamente a apertar botões e traduzir manuais e aqueles que não de absorver e elaborar as interpretações desejadas para este tipo de sociedade.

Mas, felizmente para nós, as coisas não andaram tão bem como estavam previstas. Contando com o reflexo do movimento estudantil em virtude das férias, o MEC foi surpreendido com manifestações de repúdio e uma resistência contra a portaria em nível nacional. Professores da USP, UFMG, UFF soltaram manifestos, a partir de assembleias, colocando-se contra a medida. Na área estudantil, entre outras manifestações, realizou-se em Belo Horizonte o Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Humanas que recomendou a criação de organismos regionais para a unificação da luta. No Rio, por exemplo, foi formada a COMISSÃO DE LUTAS que, durante as férias, reuniu estudantes, universitários e secundaristas, e professores coordenando a resistência contra a portaria. Dentre as atividades levadas a cabo por esta comissão, destacam-se os boletins e o Jornal de Recortes, distribuído a todos os calouros das áreas atingidas no dia da confirmação da matrícula no Maracanã. Este jornal chamava os calouros para uma assembleia, realizada na UFF, de onde foi tirada a proposta de se incluir a discussão do problema nas Semanas de Calouros de todas as universidades do Grande Rio.

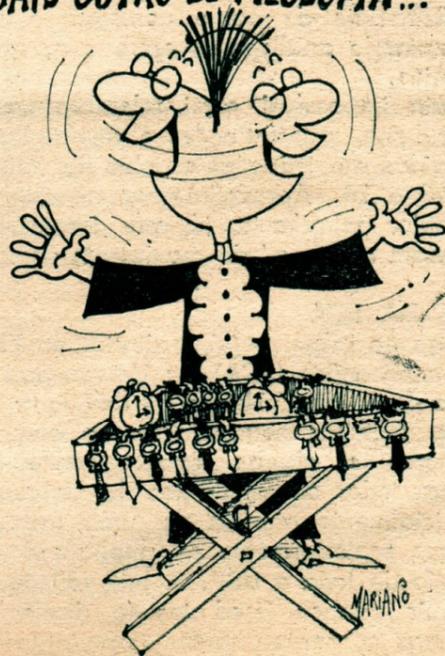
Até mesmo entre os secundaristas, chegou-se a realizar algumas reuniões para discutir os efeitos da portaria. Intelectuais de vários setores pronunciaram-se, denunciando os objetivos da medida.

A port. 790 estava destinada a tornar-se Decreto-lei durante as férias, de forma que, ao voltarmos às aulas, encontrássemos um fato consumado. Mas diante da reação contra a medida, as fontes oficiais tinham que pronunciar-se. Assim, de repente, o MEC declara que uma desastrosa datilógrafa havia sido a responsável pela precipitação dos acontecimentos. Explicando melhor, por um puro erro de datilografia, a medida foi anunciada para entrar em vigor em 77, quando a "verdadeira" intenção era permitir às escolas um "período de adaptação", de forma que Estudos Sociais e Ciências só seriam concretizados em 78.

Apesar do erro de datilografia, vemos que Estudos Sociais e Ciências ainda permanecem como grande e decidido anseio da política educacional. Embora adiada por um ano, a medida mantém-se como ameaça presente para todos nós.

Se por um lado, os professores de História e Geografia, da PUC, conseguiram no ano pas-

UM CURSO DE HISTÓRIA PARA O CAVALHEIRO AQUI... OUTRO DE GEOGRAFIA PARA A MADAME ALÍ... MAIS OUTRO DE FILOSOFIA...



sado fortalecer seus cursos de forma a barrar, ao menos provisoriamente a implantação de Estudos Sociais na universidade, por outro, temos notícias de que o Dep. de Física vem sofrendo pressões de órgãos governamentais que o financiam. E não podemos nos esquecer de que, no ensino médio, Estudos Sociais e Ciências encontram-se implantados de fato.

Estes dados só nos levam a concluir pela necessidade de fortalecer e prosseguir na luta pela revogação da port. 790. Não basta, portanto, embora isso seja importante, que a implantação da medida seja barrada em uma ou outra escola. Precisamos, isto sim, que a portaria seja revogada. Para isso, é necessário um movimento amplo, unindo todos os setores atingidos.

Necessitamos, então, de um organismo que reúna, ao nível regional a todos os estudantes universitários e secundaristas, e ao mesmo tempo coordene o contato com professores, intelectuais e outros setores. Que leve, de maneira organizada, a discussão do problema para cada sala de aulas. Que amplie a participação das entidades estudantis, nos poucos lugares onde existem, para o nível regional. Que sirva de organismo vivo de discussão e produção de propostas e não um órgão burocrático. Que encaminhe na prática essa luta.

Durante as férias, a Comissão de Lutas do Grande Rio cumpriu o importante papel de dar uma certa unidade aos setores atingidos. Uma resistência organizada que, sem dúvida, contribuiu para o recuo do MEC. Entretanto, com o reinício das aulas, torna-se necessário um organismo com outra qualidade. Que dê margem efetivamente à participação de todos. Com este fim, logo nas primeiras semanas de aula a Comissão de Lutas convocará uma ASSEMBLÉIA visando reunir o maior número de estudantes do Grande Rio. Cadernos, notas e boletins, continuarão a ser distribuídos a fim de que essa assembleia se torne representativa e eficaz na produção de propostas que permitam um encaminhamento correto e unificado da luta pela revogação definitiva da port. 790.

# A Quantas anda a movimento estudantil

Para o movimento estudantil (ME) os dois últimos anos foram de fundamental importância. Diferentemente dos anteriores foram dois anos repletos de pequenas e grandes — lutas, de manifestações e atividades dirigidas para os interesses dos estudantes e da sociedade como um todo. Paralelamente, já começaram a se esboçar nossas formas de organização estudantil a nível regional e nacional. É importante um balanço, para termos os referenciais de como começar o novo ano, tentando analisar os erros e aproveitar os acertos.

Seria impossível aqui lembrarmos todas as lutas, manifestações e atividades desenvolvidas em todas as escolas do país durante 75 e 76. Aproveitaremos as que tiveram maior relevância, já que foram essas que deram o "ritmo" do movimento como um todo.

## GREVE DA ECA

Logo no início de 75, o diretor da Escola de Comunicações (ECA) da Universidade de São Paulo — Prof. Nunes — devido a suas atitudes policiais com relação ao corpo de professores e alunos, acaba conseguindo mobilizar todos os estudantes da Universidade, inicialmente através de uma greve na ECA que posteriormente se amplia em greve de apoio de toda a USP. A luta refletiu sem conseguir ganhos imediatos (o diretor não saiu), mas conservou saldos importantes que mais tarde irão se refletir na continuidade do movimento daquela Universidade.

O detalhe engraçado é que agora no final de 76, quando o tal do Nunes saiu da direção da ECA por ter terminado seu "mandato", foram promovidas festas e comemorações, numa noite memorável com muito samba e cachaça, para qual foram convidados todos os estudantes da USP.

## ASSASSINATO DE HERZOG

No segundo semestre de 75, em meio a uma série de prisões de estudantes que mobilizou algumas escolas da USP, vem a notícia do assassinato do professor e jornalista Vladimir Herzog. A partir daí ocorre uma greve de protesto que tem a participação dos trinta mil estudantes da USP e o apoio de todas as escolas. Essa manifestação teve uma importância fundamental, pois foi o primeiro movimento de peso contra o aparelho repressivo, pelo fim das prisões e torturas e dos demais instrumentos de repressão do atual regime desde 68.

## DCE — LIVRE DA USP

Essas e outras lutas, acabaram por ser as bases da criação do DCE-LIVRE da USP, entidade que é criada, já de forma totalmente livre e independente da burocracia universitária, rompendo os limites impostos pela atual política educacional que tenta atrelar a representação estudantil através de suas leis e decretos.

## CONTRA A PRISÃO DE ESTUDANTES E TRABALHADORES EM MINAS

Em Minas, os estudantes da Universidade Federal também desenvolveram durante esse período, uma série de manifestações contra prisões de estudantes e trabalhadores, além de uma série de outras lutas localizadas por curso, como foi o caso dos currículos na Psicologia, das apostilas na sociologia, etc. O fato que mais refletiu o avanço que as entidades de lá tiveram foi o desfecho do ano passado (nov.), quando os estudantes das áreas de ciências humanas e sociais entraram em greve para protestar contra uma punição imposta à diretoria do Diretório Acadêmico. Esse fato revela que o grau de re-

presentatividade conseguido nas lutas e atividades é bastante elevado e que a maioria dos estudantes já começa a sentir suas entidades como órgãos de defesa dos seus interesses.

## ESTUDOS SOCIAIS E CIÊNCIAS

Entre todas as lutas, o principal fato que revelou o crescimento do ME como um todo, foi a luta contra Estudos Sociais (ver artigo neste mesmo nº de QP). Contra a implantação de Estudos Sociais e Ciências se mobilizaram Universidades dos 4 cantos do país. Mais do que isto: começaram a se mobilizar estudantes secundaristas, professores secundaristas, professores universitários, intelectuais. Em resumo, houve um "ensaio" de mobilização que certamente se desdobraria na maior luta nacional ligada ao ensino desde 68. O regime preferiu que ficasse só no ensaio: deu seu primeiro grande recuo, colocando a culpa de toda "confusão" numa "datilógrafa relapsa" e "adiou" a implantação desses cursos para daqui alguns anos. Só que enquanto isso se criaram fatos consumados e portanto irreversíveis: foram criadas formas de organização regionais (aqui no Rio foi criada a Comissão de Luta), encontros nacionais para lutar contra essas leis; os estudantes secundaristas, até então isolados, tiveram oportunidade de se encontrarem, discutirem e se organizarem por escola e por região; os professores também tiveram que começar a pensar em formas de organizações próprias, ver a situação dos seus sindicatos, etc. É claro que tudo isso não morre quando o regime dá um passo atrás. Ao contrário, todas essas formas embrionárias se fortalecem e começam a se desdobrar em todos os momentos do movimento, começam a perceber a necessidade de dar resposta a outros problemas além da questão de Estudos Sociais e Ciências.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Outra atividade encaminhada nacionalmente foi a discussão das eleições de 15 de novembro de 1976. Já no segundo encontro nacional dos estudantes, realizado em 16 de outubro, esta questão foi discutida. Lá decidiu-se por maioria que frente às Eleições, deveríamos denunciar o regime, apontando os dois partidos consentidos como formas de canalizar todo descontentamento popular para o controle das classes dominantes. Decidiu-se ainda que os estudantes deveriam participar ativamente dessas eleições encaminhando a proposta do Voto Nulo, através da continuação dos debates em todas as escolas, mostrando que a alternativa às ilusões e às promessas dos vereadores, é a luta pelas entidades livres e independentes. Durante o mês de novembro, dezenas de Universidades, apesar das constantes ameaças da repressão interna às escolas e externa policial, se reuniram e discutiram que atitude tomar frente às eleições.

## ORGANIZAÇÃO NACIONAL

É através de todas estas lutas e manifestações ainda isoladas, localizadas que começa a surgir a necessidade de formas mais avançadas de organização. Surgiram os Encontros Nacionais de Estudantes, frutos de todo esse processo de lutas travadas. Em 76 foram realizados dois encontros com a participação de estudantes delegados de universidades do país. Apesar de uma série de desacertos (por exemplo, o I ENE traçou diretrizes de realização da Semana de

Direitos Humanos e Liberdades Democráticas que acabaram por não serem cumpridas dada a sua distância em relação às necessidades do movimento), esses encontros estão sendo um passo concreto no sentido da reconstrução da UNE.

## QUADRO GERAL

Até aqui apontamos lutas e mobilizações que significaram avanços importantes. Apesar de tudo isto, sabemos que o quadro geral do movimento ainda é de fraqueza. Ainda hoje, a imensa maioria dos estudantes do país vivem sob as péssimas condições de ensino, a elitização das universidades, a tecnização de seus cursos, as imposições da burocracia universitária, sofrem a repressão às suas formas de organização e à sua imprensa sem muitas vezes sequer conseguirem resistir. Centenas de entidades estudantis permanecem fechadas; mesmo a maioria das entidades existentes continuam atreladas à universidade; o clima de apatia que persiste fora das lutas ainda é a realidade mais presente. Enfim, o movimento como um todo, nos seus diversos níveis não conta até agora com a participação de toda massa de estudantes.

Isso tudo nos dá a conta da imensa tarefa que temos que realizar, mesmo dentro dos limites impostos pela conjuntura.

## A TENDÊNCIA AO CRESCIMENTO

Todas essas lutas que apontamos anteriormente tem um significado. Dentro do quadro geral de descenso aberto pela derrota do movimento em finais de 68, elas esboçam as possibilidades do crescimento. Estas lutas nos mostram como o movimento, apesar de ainda fraco, começa a se recuperar localmente. Nesses últimos dois anos, vemos que os estudantes começam a despertar para a defesa dos seus interesses e para a necessidade de se posicionarem frente as questões da sociedade.

A tendência ao novo ascenso é evidenciada não só através da reanimação das lutas isoladas, do acúmulo de forças que vem sendo feito pelas entidades que se tornam cada vez mais presentes, da própria experiência que o movimento ganha em cada luta, a cada atividade, mas também através do aprofundamento da crise econômica e política.

Neste momento que o ME começa a se reconstruir, cada proposta tem um peso importante. Mais do que nunca é preciso olharmos para trás, entender os erros da experiência anterior, o porque dos fracassos, tirarmos os saldos dos acertos. E sobretudo, olharmos para frente, esboçarmos claramente seus objetivos e encaminharmos cada luta, cada discussão, cada publicação para esse objetivo desde já.

É preciso que o ME se encaminhe desde o início para a saída que mais interessa a sociedade brasileira. É fundamental que se torne uma força capaz de auxiliar os trabalhadores a por um fim a todas as formas de exploração e injustiças na nossa sociedade. E isso só ocorrerá se colocar-se desde o início na perspectiva de aliado na construção de um governo dos trabalhadores, a única alternativa que interessa a nós estudantes, e a todos seiores oprimidos da sociedade brasileira.

E a história tem cansado de mostrar que estas tarefas ou são feitas desde o início ou não serão feitas nunca.

# POSSEIROS: Conflito no Campo

totalmente, ficando os posseiros à beira da fome.

Existem atualmente métodos ainda mais modernos para a expulsão dos posseiros, através da pulverização por meio de aviões agrícolas de herbicidas ou desfolhantes em concentração altamente tóxica, causando a morte de animais e lavouras, provocando doenças nas pessoas e envenenamento da água, a exemplo de acontecimentos recentes em Mato-grosso.

Mas os posseiros, embora em condições inferiores, reagem e lutam, como foi o caso de Vila Rondon no Pará, num conflito entre posseiros e o norte-americano John Davis que já possuía 100 mil hectares de terra e continuava grilando as terras dos posseiros, expulsando e queimando casas de lavradores. Davis foi várias vezes denunciado, ficando sempre impune. Até que em julho do ano passado em conflito armado com os posseiros, morreu ele e seus dois filhos, seguindo-se a perseguição policial aos posseiros.

Mas outras vezes o posseiro que resiste paga com a morte, como foi o caso de Gervásio da região de Santa Sé, posseiro estabelecido no local há mais de 30 anos. Sua terra era cobijada por Eurico "filho do dono do cartório, parente de deputados, um dos grandes da cidade, amigo e parceiro do juiz, parece que é até sócio dele" na expressão de João, 42 anos, do povoado de Riacho dos Pais, no município de Santa Sé, que nos fala do posseiro Gervásio e de sua morte "pelos soldados mandados de Eurico e do juiz. "...então a polícia, o juiz mandou três soldados prá ir lá e trazer o velho Gervásio. O Eurico foi junto mas ficou sentado no carro com o motorista mais duma légua de distância que ele já sabia que o velho podia querer resistir e a coisa esquentar, então ele ficou na segurança. Já sabendo que não ia ganhar mesmo na justiça, que era tudo preparado prá ele perder,.

Gervásio ajuntou seus filhos e reagiu, né? As terras eram dele prá todos os efeitos... Gervásio, que tinha vindo fazer mais de trinta anos do Piauí, desbravou aquele sertão vazio com os braços, não tem ninguém aqui no povoado, na cidade que ache o contrário, só os interessados mesmo, os grandes. Então o Ger-

LEIA

A

REVISTA

DO

D.C.E.

A SAIR EM ABRIL

"Texto e Contexto"

"Pegaram o velho, a mulher e dois netinhos deles que estavam lá, puseram numa caminhonete e largaram eles na beira da estrada. E tacaram fogo nas roças, na choça, mataram os porcos. E prometeram morte se eles adhassem para trás! Um posseiro na região de Conceição do Araguaia, Pará, falando do destino de seu sogro, Firmino Rodrigues, 77 anos, um dos mais antigos posseiros da Região — 33 anos morando entre Volta Nova e Santa Isabel. (1)

Este quadro reflete bem a situação de opressão que vive hoje o posseiro, principalmente na região Centro-Oeste e Norte do país.

Os posseiros são normalmente agricultores que já tiveram um relacionamento de posse da terra. Ou eram pequenos camponeses, ou eram parceiros, ou arrendatários, ou mesmo já eram antigos posseiros expulsos de suas terras. Dificilmente, portanto, os posseiros eram trabalhadores assalariados (tipo bóias-frias, ou trabalhadores permanentes) cujo trabalho já é totalmente separado da posse da terra. Os posseiros, expulsos de seu trabalho e de suas terras de origem sentem-se compelidos a migrar para as áreas virgens onde existe a possibilidade de situar-se como agricultor, única capacitação que possui.

Porém com as melhorias dos meios de comunicação, a abertura de grandes empresas agrícolas nacionais e estrangeiras, as terras que antes só tinham valor para os posseiros — que dependiam delas para sua sobrevivência — passam a despertar a ganância de grandes fazendeiros, políticos locais, comerciantes prósperos etc., tudo isso com o estímulo oficial, que concede incentivos fiscais e facilidades de crédito às grandes empresas agrárias.

Começa então a grilagem das terras dos posseiros cujos métodos podem variar da sedução à violência. Soterrados pela hábil argumentação, assustados pelo ar legal (é bastante comum grileiros utilizarem a polícia para fazer a entrega de citações etc), às vezes "aceitando" indenizações ridículas por suas terras, os lavradores cedem, migrando para outras terras ou se transformando em trabalhadores do grileiro.

Às vezes vem o pretense "dono" apoiado por pistoleiros ou até pela polícia obrigar os posseiros a pagar taxas absurdas de arrendamento, visando sobretudo explorar o trabalho dos lavradores e descaracterizar a relação de posse configurando o arrendamento. Pode ocorrer ainda a invasão das lavouras dos posseiros pelo gado, destruindo-a parcial ou

vásio fez papel de homem, chamou os filhos e se dispôs a se defender da justiça dos grandes, a defender o pedacinho de chão dele... Então os soldados foram e o Gervásio já esperava, foi aquele tiroteio danado, morreu o soldado Bastião, que, coitado, até era um bom moço, foi é mandado pelos grandes, tinha de ir. E mataram o velho Gervásio também. Velho arretado de valente, lutou até no facão. Mas os filhos fugiram e o corpo do velho ficou largado lá, ninguém enterrou... Pois é, o velho ficou morto lá naquela serra, o chão que tomaram dele, mas não quer dizer que tomaram tudo não, porque aquele cantinho onde Gervásio ficou morto ninguém mais tira dele não, nem o Eurico, nem os grandes." (2)

Isto nos faz compreender melhor a realidade de opressão política em que vivem os posseiros, a especificidade de sua justa reivindicação de manutenção e garantia da posse da terra (que não podemos estender a todos os trabalhadores do campo), e o tipo de resistência e luta realizada hoje pelos posseiros.

Vemos que hoje a resistência apresentada pelos posseiros aos gananciosos grandes fazendeiros e latifundiários ainda se dá de uma forma localizada na família de um posseiro, faltando, portanto, uma maior coesão entre todos os posseiros da região afetada em torno de uma resistência organizada, o que poderia proporcionar melhor resultado frente às forças repressoras.

Compreendemos que no Brasil, dado o nível de capitalismo no campo, não adiantam meias medidas. A única solução que é capaz de resolver de uma vez por todas as imensas dificuldades a que estão submetidos todos os trabalhadores do campo é a nacionalização da terra por um Estado que garanta a posse da terra aos posseiros e a todos os pequenos proprietários e a formação de cooperativas agrícolas pelos mesmos. E no caso do proletariado agrícola (trabalhadores da grande empresa agrícola, temporários ou permanentes) garantindo condições de trabalho dignas, com o fim do arrocho salarial e da repressão à liberdade de organização e expressão, incentivando os próprios trabalhadores a conquistarem o controle da produção.

(1) Movimento n.º 6, 11-8-75

(2) Movimento n.º 85, 14-2-77

# A crise do petróleo que assola o país

Quem tivesse viajado há alguns meses atrás, no tempo do "este é um país que vai pra frente" e desembarcasse agora na terra do "não vá a mais de 80", certamente se veria levado a perguntar: que país é este?

Mas se prestasse atenção à maciça campanha publicitária que nos assola, descobriria que o país é o mesmo só que fomos invadidos pela crise internacional do petróleo. De repente a crise do petróleo passa a explicar tudo, ou quase tudo; afinal os comunistas também tem a sua culpa no cartório, prontos sempre a solapar a moral cristã-ocidental. Se o leite aumenta, já se sabe a explicação: crise do petróleo. Afinal, vacas ultimamente deram para transar de motoca. E os latifundiários? Vão bêm, obrigado e mandam lembranças para a família. Quanto aos aumentos do café, açúcar, alugueis, anuidades, feijão, etc., etc., qualquer mongolóide poderá encontrar uma correlação com crise do petróleo. Quanto mais ministros com PhD, altíssimo QI e outras qualidades morais tão apreciadas. A hora é de confiar, explica a televisão. Ou de abrir o guarda-chuva, explicam os mais atentos. Quem quiser, pode pular do avião, avisa Simonsen. É a crise do petróleo, claro. Os empresários põem a boca no trombone. Afinal, se aturma do feijão com rapadura, ao ver cada vez mais o seu ordenado minguar, custa a engolir a crise, imagine-se a turma do caviar, os milagreiros de anteontem. Ao assumir os pontos de vista desses empresários, em um jantar em São Paulo, Severo Gomes se torna um prato indigesto. Como não dava para terminar com a crise, resolveu-se o problema trocando de ministro. E agora uma equipe ministerial na, área econômica, coesa em torno de Simonsen e a maior integração com o capital externo, o aumento das exportações, a substituição de importações de insumos básicos e máquinas.

Com a taxa de juros voando mais alto que o Concorde, o crédito apertado, cortes de verbas na área governamental e as restrições ao consumo de petróleo afetando desde a indústria imobiliária até a indústria automobilística, começa a ficar difícil se dormir devido a tanto barulho. Causado evidentemente pela crise do petróleo e as obras do metrô. Enquanto isso, os milagreiros, entrando em choque com os interesses imediatos de alguns dos que se beneficiaram com o afamado milagre, para

garantir os interesses da maioria da turma do caviar, tentam encontrar saídas. Mas se é fácil milagrar em épocas de vacas gordas, na seca, as vacas vão pro brejo. E de tanto tentar remédios que curem a doença, acabam por matar muito pacientes. A falências e as demissões em massa de operários se tornam coisa do dia-a-dia. Pois para essa doença, a dependência crônica do Brasil, a integração de capitais brasileiros e estrangeiros os aprendizes de feiticeiros não têm remédio. De tanto errar a dose, os pacientes começam a chiar e no peito de cada industrial acossado pela crise, bate ufano o coração recém-democrata. Acossados pela crise, os democratas do AI-5 se transformam nos democratas sem AI-5. Uma democracia onde cada um conheça os seus devidos lugares, claro. Chega desse regime espúrio, exclama Papa Júnior. O Zé Povinho, que anda fazendo regime há mais de dez anos devido à queda violenta do seu poder aquisitivo — cerca de 60% do valor de 64 — fica só olhando, levando a marmita debaixo do braço quebrando uns trens de vez em quando, esboçando seus primeiros passos. Uôu, uôu, uôu!!! Nos outros, crise do petróleo. Na televisão, crise do petróleo. No cinema, crise do petróleo. Na cama, crise do petróleo — como explica aquele anúncio débil mental onde uma senhora aos soluços explica que o seu marido não (...) e por isso vive enfiando o pé na tábua. É Emerson Fittipaldi, sinal dos tempos: há dois anos atrás você era o símbolo do machão brasileiro, agora, com a crise, sniff, ó dor, você não.

O milagre brasileiro, conseguido a custa do suor da maioria do povo (75% dos brasileiros ganham até dois salários mínimos) em benefício de uma minoria, iniciada após um período de crise onde a taxa de lucros caía dia-a-dia, volta ao seu ponto de partida — a famosa crise: andam sobrando automóveis televisores, liquidificadores, alimentos, fábricas, apartamentos. As vendas da indústria automobilística em fevereiro deste ano caem de 23% em relação a fevereiro de 76. Sobra tudo, não há quem compre, mas o povo não tem nada — exceto o vontade de ter todas essas coisas de que os anuncios tanto falam. Crise de fartura e subconsumo. Resumindo: A coisa aqui está preta. De milagre, restou uma dívida imensa, igual a um terço do PNB maior que o mineirão, a transamazônica, e a Ponte Rio Niterói juntos. Mais um maior do mundo: a nossa dívida externa.

Mas, eis que de repente, descoberto que provoca as enchentes as secas e as geadas, a falta de crédito, a dívida externa, a visita da senhora sua sogra, o pisão no calo, o desemprego em massa, a inflação, a mordomia, a falta de capital de giro. Pego em flagrante, filmado e televisado pelo eficiente órgão oficial de publicidade: AERP — Assessoria Especial de Relações Públicas que o público brasileiro aprendeu a admirar através das campanhas "a um passo do abismo", "e ninguém segura este país", "este é um país que vai pra frente" e "não vá mais de 80", e outras obras primas congeneres. Claro, estamos falando da crise do petróleo.

Portanto, olho vivo, É preciso estar atento e forte. Afinal, a crise é do petróleo que, como qualquer ginásiano sabe, é um combustível altamente inflamável. Especialmente num país de clima tropical como o nosso.



## Denúncia

**MAIS DUAS VEZES O AI-5** — Dessa vez foram dois vereadores do Rio Grande do Sul: Glênio Pêres e Marcos Klassman que tentaram falar em liberdade e injustiças dentro da Câmara. A resposta veio rápida e segura. Devemos repudiar mais esses atos de repressão, convidando os dois ex-parlamentares (e a todos os parlamentares realmente comprometidos com as verdadeiras lutas da nossa sociedade) e se unirem à nossa luta e à luta de todos os setores oprimidos onde é preciso lutar: nos organismos independentes de classe.

**DCE DE RECIFE É OCUPADO** — A polícia ocupou e lacrou todas as portas do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pernambuco. (Isso em plenas férias, no dia 16-2-77). Três funcionários da Universidade "assumiram" a direção do DCE.

**38 ESTUDANTES PRESOS EM BRASÍLIA** — Em Brasília, 38 estudantes foram presos pelo DOPS quando realizavam cobrança de "pedágio" a fim de angariar fundos para o restaurante universitário.

**DIRETÓRIOS ARROMBADOS NA UFF** — "Forças estranhas" vêm arrombando, depredando e pichando a sede de alguns diretórios da Universidade Federal Fluminense. A Reitoria até agora não se manifestou apesar dos estudantes terem levado um ofício logo na primeira invasão.

**MORTES E PRISÕES** — Ainda em dezembro de 1976, um acontecimento amplamente noticiado pela Imprensa, uma nota do Segundo Exército divulgava uma ação na qual ocorreu a morte de três pessoas e a prisão de outras 12, acusadas todas de atividades contrárias à lei de Segurança Nacional. A televisão foi proibida de dar ampla cobertura ao caso que, após alguns dias, sumiu do noticiário. Na ini-

cio de fevereiro, vários jornais divulgavam uma petição encaminhada à Justiça Militar em favor de um dos presos, Aldo Arantes (que foi presidente da UNE) na qual sua mãe e advogados diziam ter constatado, quando o visitaram, "que seu cliente e filho tinha nos braços e na sola do pé esquerdo, sinais evidentes de flagelo físico".

**DCE DA FLUMINENSE AMEAÇADO** — O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense vem sendo há já algum tempo alvo de constantes investidas repressivas. Além de invadido pela Polícia Federal no ano passado, teve dependências ocupadas por uma semana pelos órgãos de segurança com o objetivo de impedir um debate sobre as eleições de 15 de novembro que lá se realizariam. Agora, a Reitoria lançou um ultimatum aos estudantes para que desocupassem o prédio onde se pretende "construir uma biblioteca"